

EDUCAÇÃO

A elite do saber

Estudo analisa perfil intelectual da classe dirigente brasileira

CARLOS HAAG | ILUSTRAÇÕES HÉLIO DE ALMEIDA

Este é o século da elite do saber, e não apenas da elite do berço e sobrenome”, disse, recentemente, o presidente Lula, anunciando planos futuros para a educação. A frase é de uma correção impecável, mas não anuncia nenhuma novidade, pois há várias décadas o Estado brasileiro vem se esforçando para que o novo século ganhe esse *status*. “As análises de nosso trabalho revelam que o campo do poder no Brasil se diversificou com os investimentos intelectuais, os quais ganharam uma autonomia em relação aos recursos econômicos, sociais e políticos das famílias de origem dos estudantes. Há tempos o Estado cria oportunidades para que os universitários de origem mais modesta possam ascender ao mundo internacional do saber e ganhar instrumentos que permitam a eles rivalizar com as elites tradicionais”, afirma a historiadora Letícia Bicalho Canêdo, professora da Faculdade de Educação da Unicamp e diretora do Focus (Grupo de Estudos sobre Instituição Escolar e Organizações Familiares), onde coordena o projeto temático *Circulação internacional e formação dos quadros dirigentes brasileiros*, com apoio da FAPESP.

O projeto pretende conhecer quem são os formadores de políticas públicas e como são alocados

os recursos sociais e institucionais que capacitaram esses indivíduos a participar das práticas de negociação do mundo globalizado. “Sabemos que a maioria dos altos postos políticos de hoje são ocupados por pessoas que estudaram no exterior e em universidades de ponta. Basta lembrar nomes como Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Marta Suplicy, para citar alguns, e verificar que boa parte da nossa elite dirigente passou por uma especialização internacional.”

A pesquisadora explica que o estudo pretende se juntar àqueles que desejam compreender o sentido do “projeto universalista”, ou “globalização”, em particular no estabelecimento de princípios de ação e modos de governo “universalistas”. “Queremos investigar os ‘tradutores desse universo’, os indivíduos e redes que operam para a concretização desse projeto universalizante nos organismos intergovernamentais, associações internacionais, ONGs, universidades e sociedades profissionais.” Assim, ao circular internacionalmente e trazer visões e princípios para o seu país de origem, esses quadros difundem esses valores universais e os adaptam aos sistemas locais.

“A idéia é analisar tanto a elite que ascende pela ‘grande porta’ de um título internacional, e com isso reivindica para si cargos de autoridade, como todos que, com um diploma local, estariam sendo colocados, por essa razão, em carreiras de segunda classe”, analisa. A partir desse viés, será possível, acredita a pesquisadora, entender a participação das elites na construção e modernização do Estado brasileiro a partir de suas experiências individuais. “Estamos falando de uma competição baseada não em países, mas em pessoas de carne e osso. Isso é fundamental quando se vive um momento de globalização que visa estabelecer modos de governo com pretensões planetárias, um dispositivo hegemônico que vai ser o centro da reprodução das elites nacionais dos países periféricos.” Ou seja, será possível saber como títulos universitários, conhecimentos técnicos, contatos, recursos, prestígio e





legitimidade adquirida no exterior para construir carreiras no país de origem reforçam, no campo nacional, a posição dominante dos que podem valorizar o seu pertencimento às redes internacionais do *establishment* (entenda-se: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional etc.).

Missão - Mas, a se acreditar na sabedoria popular do “é de pequenino que se torce o pepino”, o início desse macroprocesso global se dá no mundo “micro” das escolas e das famílias. “A escola é investida de uma dupla missão: gerar a força de trabalho demandada pelo espaço de produção econômica e também os agentes socialmente inseridos, ou seja, inseridos numa cultura demandada pelos grupos familiares”, explica Ana Maria Fonseca de Almeida, pesquisadora do projeto. Dessa maneira, a escola tem um papel não apenas técnico, mas simbólico, pois será nesse ambiente que os jovens formam um círculo de amizades que será uma rede de apoio, bem como aprendem saberes outros que os escolares, ligados ao social: como gerenciar um grupo e liderá-lo. “Nossa preocupação não é ter a educação das elites como modelo, mas saber como ela é usada para manter as posições de poder na sociedade e estudá-la para observar as desigualdades sociais. Afinal, cada país ‘inventa’ a sua tradição de educação”, observa.

Daí, por exemplo, lembra a pesquisadora, a nova visão da competência em língua portuguesa, hoje menos ligada à gramática e mais à capacidade do aluno de interpretar o mundo. O que não impede, é claro, o interesse sempre renovado no inglês, idioma fundamental na circulação internacional. Mas qual é a novidade? As elites nacionais sempre deram valor ao aprendizado de línguas e às estadias no exterior para criação de uma educação cosmopolita. “A partir dos anos 1950, mais intensamente nos anos 1980, se desenvolveu uma política voluntarista de apoio aos intercâmbios com a concessão de bolsas por agências de financiamento à pesquisa, que alterou de forma radical o recrutamento social dos efetivos que partem para o exterior. Viagens internacionais de estudo, hoje, não são apanágios apenas de elites familiares endinheiradas”, analisa Letícia.

O Estado vai-se impondo como garantia do

desenvolvimento científico, visto como fundamental para a busca da autonomia nacional

A educação cada vez mais foi se consolidando em “questão de Estado”. “A qualificação de professores e pesquisadores num país como o Brasil, de formação colonial peculiar que não estimulou a formação autóctone de intelectuais, não pôde ser realizada plenamente com os meios internos”, observa Carlos Roberto Jamil Cury, também do Focus. “Portanto, a tradição de formação de elites intelectuais fora do país não é tão recente assim. O que vem sendo feito nos últimos 35 anos é, de certo modo, a ampliação consciente e programada de uma tradição antiga por meio da qual o poder público sempre buscou a qualificação de professores e pesquisadores no exterior.” Esse processo se consolida a partir de 1946, quando a Constituição estadual paulista torna gratuito todo o ensino público, inclusive o superior. “Assim, a partir dos anos 1950, verificou-se uma expansão das instituições e, acima de tudo, um papel mais forte do Estado na sua manutenção. É o período da federalização das escolas superiores e sua aglutinação em universidades.” É a quebra do poder familiar, cujos filhos, agora, são levados à escola para receber uma educação dada por especialistas certificados pelo Estado.

Dois movimentos externos se juntariam a esse impulso interno. O primeiro é o surgimento da teoria do capital humano, de 1960, que sugere que investimentos na educação geram benefícios para indivíduos e sociedades, o que transforma o ensino em fator de desenvolvimento econômico, o que eleva o interesse do saber pelo Estado, que, por essa razão, passa cada vez mais a colocar economistas como os novos gestores da educação. O outro, mais prosaico, foi a Guerra Fria, que, nota Letícia, “reforçou a concorrência entre as nações pelo monopólio dos avanços científicos, o que hierarquizou os países que possuíam menos ou mais

inserções em cada domínio do saber na cena internacional”. O poder político nacional e internacional não era mais completo se não fosse fundamentado num sistema de produção e transmissão de conhecimentos científicos e tecnológicos. “No Brasil, a criação, em 1951, das primeiras agências nacionais de apoio à pesquisa, o CNPq e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), permite aos brasileiros participar do curso científico induzido e acelerado pela Guerra Fria.” No caso do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), nota Letícia, sua criação ligou-se diretamente ao uso da energia nuclear, o que explica por que seus primeiros dirigentes foram escolhidos dentre as Forças Armadas. Já a Capes deveu-se à iniciativa do educador Anísio Teixeira, pessoalmente um adepto das viagens de saber internacionais, que pretendeu com isso diminuir o atraso do sistema educativo nacional ante as grandes potências científicas por meio da cooperação internacional. Na prática escolar, nota a pesquisadora, isso significou uma ruptura com o sistema brasileiro de formação tradicional, calcado em escolas católicas, para assumir, a partir de então, um caráter associado aos paradigmas externos.

“Além disso, a criação das instituições aumentou a possibilidade da formação no exterior, inaugurando uma política pública de atribuição de bolsas determinada a dotar o Brasil de recursos humanos de alto nível”, observa a pesquisadora. O Estado coloca sob sua responsabilidade a formação da nova elite científica, não mais apenas restrita a elites familiares. “Isso também se consolida com a criação, em 1962, da FAPESP, um organismo estadual a se juntar aos esforços dos dois outros, federais, visando a possibilitar uma experiência direta dos pesquisadores com as práticas culturais e científicas

de vanguarda internacional.” Ao mesmo tempo, incentivou-se, nos anos 1950 e 1960, com a implantação de mestrados e doutorados, a criação de um corpo permanente de cientistas no país. “Os inícios da pós-graduação associavam o Estado, o progresso da ciência e a busca de referências internacionais de conhecimento. O Estado vai-se impondo como garantia do desenvolvimento científico, visto como fundamental para a busca da autonomia nacional”, nota Cury.

Autônomo - Esse movimento se mantém, ou mesmo cresce, até durante períodos de exceção, como a ditadura militar, afinal o “Brasil potência” deveria ser visto como tal por brasileiros e estrangeiros. A teoria do capital humano foi levada ao pé da letra. “A modernização conservadora pretendida exigia urgência por determinadas áreas que só poderiam se consolidar com doutores formados no exterior. A pós-graduação assume uma posição estratégica no âmbito educacional e também nos termos do modelo de desenvolvimento do país”, nota Cury. “Nessa ação deliberada do Estado, o envio de professores para o exterior constitui um patamar básico para a disseminação endógena de programas de mestrado e doutorado no país e para sua consolidação qualificada. Assim, o papel da pós-graduação no exterior ganhou um papel importante: a de ser um momento formativo, a fim de possibilitar o desenvolvimento autônomo da pós no país.” Hoje, continua a pesquisadora, passada a necessidade do impulso inicial, há um recuo das agências em financiar doutorados plenos no exterior, com preferência por pós-doutorados e por “bolsas-sanduíches”, mais curtas e, em geral, menos dispendiosas.

Ampliou-se igualmente o espectro de auxílios. “Como as agências progressivamente incorporaram todas as

Seleção dos candidatos a sair do país passa para a comunidade científica, diminuindo o clientelismo

disciplinas científicas e culturais aos seus programas, para além das chamadas ciências ‘duras’ ou exatas, a intervenção delas abriu a oportunidade de carreiras de substituição para novas gerações de pesquisadores, dentre os quais boa parte deles não tem um capital social equivalente àquele das elites tradicionais”, completa Letícia. Logo, a seleção dos candidatos a sair do país passa a ficar sob o controle da comunidade científica, diminuindo o clientelismo político, fato de importância decisiva na mudança da composição social dos universitários em circulação internacional e no desenvolvimento científico e político do Brasil. “Foi graças a essa política que o Brasil teve a capacidade de assimilar quase instantaneamente uma tecnologia relativamente nova, ao menos para o país, a saber, aquela do seqüenciamento genético”, elogiou André Goffeau, pesquisador do Instituto Curie e diretor do projeto de seqüenciamento do genoma da levedura.

“O Estado brasileiro, por meio desses mecanismos, vem sustentando, desde 1970, a reconversão das elites dirigentes”, afirma Letícia. Que não se restringem apenas ao espaço acadêmico, mas saem dele para levar suas idéias à sociedade. “Basta ver como essa nova reserva de professores universitários vai contribuir, a partir do mesmo período, para o reforço de uma elite política interessada na construção de um novo espaço de poder. A intenção deles é determinar como deve ser a sociedade brasileira e, para tanto, escolheram representantes ativos em diferentes setores sociais aptos a fornecer um projeto de sociedade”, analisa Ana Paula Hey, outra das pesquisadoras do temático. Segundo ela, o grupo se concentrou, inicialmente, em torno da USP e, dentro da universidade, do Nupes (Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior), que, em comum, têm o fato de serem altamente qualificados e terem passado

à ação no espaço político, beneficiando-se das diversas formas de capital adquirido, reconvertido em benefício da produção e da concretização de suas idéias no mundo social. “É importante lembrar também o grupo do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), de onde saíram políticos de primeiro nível, como Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Paulo Renato Souza, Luis Carlos Bresser Pereira, entre outros, ligados ao PSDB.”

Intelectual - Esse grupo, em especial, vai participar, a partir dos anos 1980, período de abertura política, ativamente da vida política, seja abertamente, seja como ideólogos de uma nova visão da sociedade. “O Cebrap tinha uma visão diversa da carreira acadêmica, considerada como um ‘modo de vida’, em oposição ao intelectual que não sabia negociar suas opiniões e suas propostas”, nota Ana Paula. O ideal desse conjunto de intelectuais era elaborar um projeto de sociedade e seguir pela via eleitoral, tendo sempre em vista a divisão da política em um “baixo clero”, desqualificado, e o “alto clero”, composto por intelectuais e universitários que concebem o saber como um estilo de viver, dispondo de todos os meios necessários para a elaboração e consecução de um projeto social de mundo. “A idéia reforçava a produção de uma ideologia fundamentada sobre uma concepção da ciência, vista como a única habilitada a falar do mundo social, já que produzida pelo único grupo legitimado.”

Segundo a pesquisadora, tratava-se de colocar em prática algumas estraté-

gias. “Na medida em que muitos pesquisadores são convidados para postos do governo federal, uma estratégia eficaz consiste em introduzir uma concepção do sistema de ensino superior como se ele fosse expressão do universo acadêmico; em outras palavras, tratava-se de traduzir esse programa efetivamente político como expressão da vontade acadêmica”, afirma Ana Paula. “O programa acadêmico de ensino superior foi elaborado, assim, no espaço político. A regra era pertencer a uma elite que se diferencia pela posse de um capital cultural específico. Esse capital se constitui também em capital social, instituído ao longo de uma trajetória de formação acadêmica e profissional, a qual se reúne à circulação internacional.” Para a autora, o que se verifica é a construção de um novo espaço de poder, onde os *experts* pertencem a um mercado internacional, impondo orientações políticas sobre o plano local, trabalhando ao lado de técnicos saídos do universo acadêmico e científico nacional.

“O reconhecimento acadêmico tem um papel central nessa luta, já que ele confere uma legitimidade às ações políticas práticas.” Assim, o capital cosmopolita das elites engajadas na luta pela construção de um espaço internacional de conhecimento de Estado propiciaria que elas se afirmassem num papel-chave para a definição de modelos institucionais nacionais. “Investir no espaço internacional para reforçar suas posições no campo de poder nacional e, simultaneamente, fazer valer sua notoriedade nacional para se fazer entender na cena internacional. Isso porque as estratégias cosmopolitas nesses fenômenos têm se apresentado ao interesse nacional, enquanto, inversamente, as estratégias nacionais se reivindicam de valores universais. Afinal, são as idéias que esses ex-bolsistas trouxeram de suas viagens que nos permitem apreender um novo posicionamento do Brasil no cenário mundial”, nota Letícia. ■

Viagens que nos permitem apreender um novo posicionamento do Brasil no cenário mundial

